

Opinião Econômica

Laura Müller Machado

Mestre em Economia Aplicada pela USP, é professora do Insper e foi secretária de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo

banrisul

Agricultura familiar precisa de apoio que vá além do discurso

Programa de assistência técnica rural do governo alcança apenas uma pequena parcela dos estabelecimentos

A agricultura familiar é valorizada pela sociedade brasileira por sua importância para a produção de alimentos e para a redução da pobreza. Entretanto, esse reconhecimento contrasta com o acesso limitado dos agricultores aos instrumentos necessários para aumentar sua produtividade e renda.

Um exemplo é a Ater (Assistência Técnica e Extensão Rural), que alcança apenas uma pequena parcela dos estabelecimentos familiares de menor renda. Como explicar essa distância entre a valorização da agricultura familiar e o apoio efetivamente recebido pelos produtores?

A maioria dos estabelecimentos da agricultura familiar pertence ao segmento de menor renda: segundo estudo baseado no Censo Agropecuário de 2017, 7 em cada 10 se enquadravam no grupo do Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) destinado a famílias com renda bruta anual de até R$ 20 mil. São famílias que produzem para o próprio consumo e abastecem a população.

Ampliar suas oportunidades produtivas pode melhorar suas condições de vida e fortalecer a oferta de alimentos saudáveis.

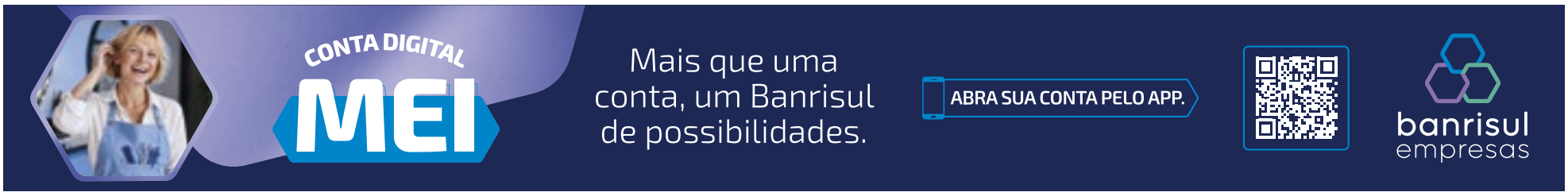
A Ater é um serviço que leva orientação especializada ao agricultor e acompanha sua aplicação na propriedade. O profissional pode ajudar a identificar problemas no solo, escolher cultivos adequados ao clima, melhorar a alimentação dos animais ou organizar os custos e a comercialização. Esse trabalho combina conhecimento técnico com a experiência da família, buscando melhorar os resultados nas condições em que ela produz.

As evidências mostram que os agricultores mais pobres conseguem ampliar sua produção e sua renda quando recebem apoio adequado. Uma avaliação do Projeto Dom Hélder Câmara II, voltado a agricultores familiares pobres do semiárido, estimou aumento de aproximadamente 16% na renda agropecuária total dos beneficiários em comparação com famílias semelhantes não atendidas. Entre os que também receberam recursos de fomento produtivo, o ganho estimado foi de 30%. Os resultados reforçam a importância de associar a orientação técnica aos recursos necessários para colocá-la em prática.

Apesar desse potencial, a assistência técnica chega a poucos agricultores. Segundo o estudo baseado no Censo Agropecuário de 2017, menos de 10% dos estabelecimentos familiares enquadrados no grupo de menor renda do Pronaf recebiam orientação técnica. O serviço alcança uma proporção maior dos estabelecimentos no Sul e no Sudeste, enquanto o atendimento permanece especialmente limitado no Nordeste.

Além de ampliar a cobertura, é necessário considerar como o serviço é oferecido. Um estudo de Josimar Gonçalves de Jesus e Carlos José Caetano Bacha, com dados da Pnad de 2014, encontrou resultados estimados maiores para a assistência privada do que para a governamental entre trabalhadores por conta própria na agricultura. Entre os trabalhadores mais pobres, a diferença estimada em relação à ausência de assistência foi de aproximadamente 56% para o atendimento privado e de 17% para o público. A comparação não permite atribuir toda essa diferença à natureza do prestador. Ainda assim, traz elementos importantes para organizar a ampliação da oferta de Ater.

Defender a agricultura familiar exige mais do que reconhecer sua importância. É necessário oferecer condições para que os agricultores possam produzir melhor e aumentar sua renda. A política pública pode financiar a assistência aos mais pobres e selecionar prestadores pela qualidade e pelos resultados. Garantir que o serviço chegue a quem mais precisa pode melhorar a produção e a renda dessas famílias. Essa valorização mais concreta também é importante.



Integração de cartões de VA e VR entra em vigor, mas implementação pode atrasar

/ SISTEMA FINANCEIRO

Gabriel Margonar
gabrielm@jcrs.com.br

O prazo estabelecido pelo governo federal para que cartões de vale-alimentação (VA) e vale-refeição (VR) de diferentes operadoras passem a funcionar nas mesmas maquininhas teve início no sábado. No entanto, apesar da exigência, a integração dos sistemas pode não estar plenamente concluída, diante de dificuldades na adaptação das empresas responsáveis pelos benefícios.

A mudança promete ampliar as opções de restaurantes e supermercados para milhões de trabalhadores brasileiros, além de reduzir custos para os comerciantes.

O alerta sobre as dificuldades na implementação da medida é de Gabriel Cohen, conselheiro da Associação Brasileira de Instituições de Pagamentos (Abipag), que reúne empresas como Stone, PayPal e Stripe. Ele afirma que o setor discute a chamada interoperabilidade há anos, mas que sua efetiva vigência depende da participação efetiva de todas as empresas envolvidas.

A proposta é reproduzir a transformação ocorrida no mercado de cartões de crédito e débito, quando diferentes bandeiras passaram a ser aceitas nas mesmas maquininhas, sem a necessidade de equipamentos exclusivos para cada uma.

"Nada mais é do que replicar as eficiências que existem no setor de cartões há mais de dez anos", compara Cohen.

A interoperabilidade está prevista no Decreto nº 12.712, de novembro de 2025, que estabeleceu novas regras para o Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT). O governo federal concedeu 360 dias para a integração dos sistemas, prazo que se encerra neste sábado. A regulamentação também determinou a abertura dos arranjos de pagamento com mais de 500 mil trabalhadores, etapa cujo prazo venceu em maio.

Para Raphael Casagrande, head do Instituto Propague, o desafio vai além do cumprimento formal das exigências. "O principal desafio é garantir que a interoperabilidade seja efetivamente implementada, e não apenas prevista na regulamentação", afirma.

Na prática, a mudança permitirá que trabalhadores utilizem seus cartões de alimentação e refeição em estabelecimentos habilitados que hoje aceitam benefícios de outras operadoras. Isso significa, por exemplo, que um restaurante que atualmente recebe apenas determinadas bandeiras poderá atender clientes de outras empresas, desde que esteja integrado ao novo sistema.

Os pequenos negócios estão entre os principais potenciais beneficiados: atualmente, muitos estabelecimentos enfrentam dificuldades para aceitar diferentes cartões, seja pelos custos envolvidos, seja pelas condições comerciais impostas pelas operadoras. Com a integração, a expectativa é ampliar o acesso a esses consumidores e reduzir a necessidade de múltiplos contratos.

"Com mais estabelecimentos habilitados, o trabalhador ganha novas opções de escolha e os comerciantes passam a ter melhores condições de competir por esses consumidores", explica Casagrande.

Um estudo publicado pelo Instituto Propague em 2025 ajuda a dimensionar a concentração do mercado. Entre 513 fornecedoras de benefícios analisadas, apenas quatro respondiam por 81,48% do setor. Segundo o levantamento, a falta de interoperabilidade também contribui para elevar os custos operacionais de supermercados, bares e restaurantes.

Na amostra de contratos examinada pelo instituto, as taxas de desconto cobradas pelas quatro maiores operadoras variavam entre 6% e 6,9% do valor das transações. Para comparação, a taxa média dos cartões de crédito no Brasil ficou em 2,1% no segundo semestre de 2025, conforme dados do Banco Central citados no estudo.

Parte desses custos já foi atingida pelas novas regras do PAT. Desde fevereiro, a taxa máxima cobrada dos estabelecimentos por transação está limitada a 3,6%, enquanto o prazo para repasse dos valores foi reduzido para até 15 dias corridos.

A expectativa é que a interoperabilidade acrescente uma nova pressão competitiva sobre as taxas, permitindo que os comerciantes tenham maior poder de negociação. No médio prazo, essa redução de despesas também poderia chegar ao consumidor, por meio de preços menores em alimentos e refeições.

Casagrande pondera, porém, que a queda dos preços não será necessariamente imediata, já que depende de fatores como concorrência, estrutura de custos e decisões comerciais dos estabelecimentos."

A entrada de novos participantes e o aumento da concorrência entre as operadoras podem contribuir para reduzir os custos de aceitação dos benefícios. Essa redução também pode, por sua vez, se refletir nos preços dos alimentos e das refeições", afirma.

O instituto aponta a experiência do mercado de cartões de crédito e débito como exemplo dos possíveis efeitos da abertura. Segundo o levantamento, o número de credenciadoras no Brasil passou de apenas duas, até 2010, para mais de 25 no final de 2023.